

DecliNações

Género e nação nas literaturas
e culturas africanas de língua
portuguesa

Doris Wieser

Jessica Falconi

ORGS.

INTRODUÇÃO

O GÉNERO NAS NARRATIVAS DA NAÇÃO, UMA CATEGORIA OBLITERADA?

Doris Wieser

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
Centro de Literatura Portuguesa, Universidade de Coimbra

Jessica Falconi

Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento,
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa

Organizar e escrever um livro é sempre uma viagem. E essa jornada envereda por caminhos ora mais diretos e curtos ora mais sinuosos e prolongados. A viagem que fez este livro até à data da sua publicação passou por vários países e dois centros de investigação. As organizadoras, uma alemã e uma italiana, conheceram-se em Portugal em 2014, país em que ambas têm feito caminho na academia, mais concretamente na área das literaturas africanas de língua portuguesa, mas também país que se lhes fez casa pelas amizades e aventuras vividas, experiências que sempre se inscrevem naquilo que chamamos a nossa identidade. Foi também em Portugal que obteve aprovação o projeto «Identities nacionais em diálogo: construções de identidades políticas e literárias em Portugal, Angola e Moçambique (1961–presente)» (IF/00654/2015), coordenado por Doris Wieser e com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de que é resultado este livro que agora publicamos. O projeto foi acolhido em janeiro de 2017 pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi nesta instituição que organizamos — numa equipa formada

por nós as duas e por Luciana Moreira, Raquel Lima e Simone Cavalcante — o colóquio «Declinações. Questionando identidades nacionais, género e sexualidade», que teve lugar nos dias 29 e 30 de outubro de 2018 e que foi o momento central de conceção e planificação do presente livro. Este compõe-se em grande medida por uma seleção das comunicações do colóquio, posteriormente ampliadas e adaptadas às linhas temáticas e teóricas do projeto. Em agosto de 2019, o projeto foi transferido para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e acolhido pelo seu Centro de Literatura Portuguesa. A viagem tornou-se longa e mais sinuosa do que esperávamos devido ao início das medidas de confinamento no âmbito do combate ao coronavírus SARS-CoV-2, em março de 2020, que tiveram um impacto na vida de todas e todos nós. Mas é justamente por isso que a publicação do livro nos enche de alegria pelo caminho percorrido, pela camaradagem criada e pela experiência humana compartilhada com todas as pessoas que contribuíram com o seu conhecimento e saber.

O objetivo geral deste livro é levar a cabo releituras críticas do «nacional», tomando o género como categoria orientadora para a análise de diversas narrativas da nação. No foco de interesse estão os países africanos de língua oficial portuguesa, mas também, em menor medida, os trânsitos entre estes e outros países. Apresentamos a seguir as linhas conceituais que guiaram tanto a elaboração deste livro quanto a sua estrutura.

A revisão crítica dos conceitos de nacionalismo e de identidade nacional levada a cabo nas décadas de 1980 e 1990 nos domínios da historiografia, dos estudos literários e culturais, e noutros campos do saber, tem vindo a demonstrar e a interrogar a natureza homogeneizadora das identidades nacionais, essencialmente fundadas na padronização hegemónica de narrativas específicas e no conseqüente apagamento de diferenças de género, classe, raça, etnicidade ou orientação sexual.

Por um lado, diversos trabalhos que se situam no âmbito dos estudos pós-coloniais (Bhabha, 1990; Said, 1993), dos *Subaltern Studies* (Chatterjee, 1993; Spivak, 1999) e da teoria decolonial (Quijano, 1992; Mignolo, 2007) vieram escrutinar o carácter problemático e contraditório da imposição da forma moderna do Estado-nação nos espaços colonizados. Tais estudos apontaram também para as continuidades entre Estado colonial e Estado nacional, no que se refere à exclusão de grupos e sujeitos através de

narrativas políticas e culturais de construção nacional, reforçando a «raça» como principal categoria de submissão.

Por outro lado, a crítica feminista e os estudos de gênero têm vindo a contrastar e colmatar a omissão sistemática do lugar e do papel das mulheres na construção das nações e dos nacionalismos, e da categoria de gênero nos estudos canónicos sobre estes tópicos (Gellner, 1983; Anderson, 1991; Smith, 1991, entre outros). Tais estudos, dedicados a escrutinar a origem, a evolução e as diversas tipologias de identidades nacionais e nacionalismos, «neutralizam» a dimensão do gênero, excluindo do foco da análise as relações de poder baseadas na diferença de gênero, e as especificidades da imaginação e da ação das mulheres na construção de tais identidades. Em particular, a obra de Benedict Anderson e a sua caracterização da nação enquanto «comunidade imaginada» — limitada, soberana, fraterna — foram amplamente comentadas pela historiografia e crítica feministas, no intuito de realçar a natureza *gendered* de todos os nacionalismos (Hall, 1993; McClintock, 1995; Pratt, 1994).

Nesta perspetiva, a introdução do gênero como categoria de análise histórica (Scott, 1986) tem permitido indagar o modo como as mulheres tendem a ser construídas e representadas. Ou seja, apenas como «símbolos» da nação, relegadas ao domínio do privado e do doméstico, excluídas da ordem do social e associadas à ordem da natureza, enquanto os homens, identificados com o Estado e com o espaço público, são tidos como os únicos verdadeiros sujeitos e *agentes* políticos (Yuval-Davis, 1997). Por consequência, as «narrativas» da nação tendem a celebrar apenas as gestas dos *agentes*, isto é, de figuras masculinas, heteronormativas: os chamados heróis nacionais, como os pais fundadores da nação, consagrados pela memória oficial. Em contrapartida, aos heróis nacionais justapõe-se «a mulher» — singular, indiferenciada — enquanto sujeito unitário, do qual não se narram, nem se representam, as múltiplas possíveis decli-Nações — privadas, públicas, sempre políticas.

No caso de África, em geral, e dos países africanos de língua portuguesa, em particular, o papel desta «mulher» indiferenciada foi repensado no âmbito das lutas contra o colonialismo de maneira a encaixá-la dentro dos discursos anticoloniais em vez de teorizá-la separadamente. Os escritos de Frantz Fanon, Amílcar Cabral e Samora Machel são exemplos de como

«a mulher» na revolução foi concebida como ser emancipado e ao mesmo tempo subserviente à causa, companheira fiel do homem novo revolucionário. As novas elites dos países independentes tiveram o cuidado de tornar mulheres reais e alegóricas em «símbolos» da nação, figuras isoladas que servem o propósito de comprovar que o Estado não se esqueceu por completo «da mulher». Em Angola, a soberana do antigo Reino de Dongo e da Matamba, Njinga Mbandi (1582–1663) — personagem abordada por Mário Lugarinho e Helder Thiago Maia no Capítulo 12 deste livro — que liderou a luta contra o avanço das tropas portuguesas e revelou grande talento diplomático e estratégico, tornou-se uma das figuras emblemáticas da nação angolana pós-colonial, sendo interpretada como símbolo da resistência inicial contra o colonialismo.

Nos países que passaram por guerras de libertação (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), pelo menos uma mulher relacionada à luta foi incluída na memória nacional. No caso de Angola, esse lugar simbólico é ocupado por Deolinda Rodrigues, militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cofundadora da Organização da Mulher Angolana (OMA) e única mulher que integrou a direção do movimento. A Angola independente, chefiada pelo MPLA, lembra-a como mártir, uma vez que foi morta em 1968 pela União das Populações de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola (UPA/FNLA). Deixou, entre outros escritos (cartas e poemas), um diário que abarca o seu percurso de 1956 a 1967 e é comemorada no âmbito do Dia da Mulher Angolana (a 2 de março). No caso de Moçambique, a mulher que mais destaque recebeu na narrativa da nação foi provavelmente Josina Machel, jovem mulher que liderou o Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e morreu de doença aos 25 anos, em 1971. A data da sua morte (7 de abril) foi escolhida no pós-independência para assinalar o Dia da Mulher Moçambicana. Também a Guiné-Bissau inclui uma mulher-guerrilheira no seu panteão nacional, Ernestina Silá, conhecida como Titina Silá. A guerrilheira do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) morreu durante a luta pela independência numa emboscada, em 1973, e está sepultada no Memorial aos Heróis da Pátria (em Bissau). O dia da sua morte (30 de janeiro) tornou-se, à semelhança dos outros casos já referidos, a data do Dia Nacional da Mulher Guineense.

Os países africanos de língua portuguesa que não foram palcos de guerra, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, carecem de figuras guerreiras comparáveis. No entanto, em São Tomé e Príncipe, uma mulher tornou-se autora do hino nacional do país independente: Alda Espírito Santo. Conhecida pelos seus poemas publicados em revistas e antologias desde a década de 1950, desempenhou no pós-independência cargos políticos como os de ministra da Educação e Cultura, ministra da Informação e Cultura e presidente da Assembleia Nacional. Em Cabo Verde, uma cantora pode com todo o direito reclamar um lugar de símbolo da nação: Cesária Évora, a «rainha» da morna. A sua fama internacional contribuiu fortemente para uma certa imagem de Cabo Verde associada à morna e à língua kabuverdianu. Em conclusão, se bem que as nações se servem de mulheres como símbolos da sua coesão, força e fama, estas representações constituem uma pequeníssima minoria e, portanto, a exceção à regra, um alibi para a manutenção das estruturas patriarcais.

Como realçam as historiadoras e críticas feministas anteriormente mencionadas, o controle das mulheres — das suas funções na sociedade, bem como dos seus corpos e das suas «funções reprodutivas» — por parte do Estado é um dos mecanismos chave para a implantação da ordem social, sendo estes corpos construídos como significantes de fronteiras identitárias — leia-se, neste contexto, nacionais. No entanto, se a relação íntima entre género, nação e nacionalismo é inerente a toda a construção de identidades nacionais, ao mesmo tempo, tal como a própria categoria de género, ela é produzida por contextos políticos e históricos, localizando-se geográfica e socialmente, sendo marcada por conjunturas económicas, bem como por tradições culturais, tratando-se, em suma, de uma relação construída e «situada». Assim, cada tipologia de projeto nacionalista constrói e determina as suas próprias relações de género e formas de exclusão das diferenças (Yuval-Davis, 1997). É nesta perspetiva que se pode enquadrar mais um sentido do nosso uso da palavra «decliNações», que pretende remeter para as múltiplas combinações originadas pela relação entre género e nação enquanto raiz simultaneamente histórica e transversal.

E é também nesta perspetiva situada que abordamos, apenas a título indicativo, os feminismos africanos que, todos eles, tencionam criar forças capazes de produzir mudanças nos discursos nacionais. Os feminismos

africanos e da diáspora africana têm produzido várias ramificações que reagem de diferentes maneiras, por um lado, aos feminismos do Ocidente ou feminismos brancos, nos quais as mulheres negras não se sentem representadas, e, por outro, ao contexto cultural, social e legal em que estas mulheres vivem concretamente. Com o intuito de tornar as mulheres negras e as suas vidas e preocupações mais visíveis, algumas correntes recusam o termo «feminismo» e criam outros. É o caso de *womanism*, termo cunhado pela escritora afro-americana Alice Walker, em 1983, no livro *In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose*. O mulherismo critica os feminismos brancos que servem apenas as necessidades de mulheres brancas e constrói-se fora deles, ao contrário de outras correntes classificadas como feminismos negros, que se pretendem construir dentro e em diálogo com os feminismos hegemónicos. Em África, algumas correntes frisam a tradição africana ao resignificarem a separação sexual de tarefas e responsabilidades de homens e mulheres, exigindo não a abolição desta separação, mas a valorização das tarefas assumidas por mulheres. Nesta senda, a teoria do *motherism*, desenvolvida pela nigeriana Catherine Obianuju Acholonu em 1995, identifica a maternidade como um valor africano fundamental e articula-a com um compromisso com a mãe terra, sob o lema *motherhood, nature and nurture*. Por sua vez, o *stiwanism*, termo cunhado pela nigeriana Omolara Ogundipe-Leslie em 1994, a partir do acrónimo STIWA criado para *Social Transformation Including Women in Africa*, preocupa-se, por um lado, com a melhor inclusão das mulheres nas sociedades africanas atuais e, por outro, propõe resgatar feminismos indígenas e aproveitá-los para a transformação social desejada. Outras pensadoras nigerianas, como Nkiru Nzegwu, Ifi Amadiume e Oyèrónkẹ Oyěwùmí, desconstroem os conceitos «homem» e «mulher», posto que se trata de palavras ocidentais que acarretam significados que não dizem respeito à organização social de certas culturas africanas. Para as autoras, o binarismo homem/mulher implica uma hierarquização que não se verifica em todas as culturas africanas, uma vez que outras categorias, como a linhagem e a senioridade do indivíduo, acabam por ser mais determinantes para o estatuto social, pelo que existem situações em que mulheres exercem poder sobre homens mais novos ou de outra linhagem, ou em que mulheres, por mérito e poder, podem casar com outras mulheres. Em suma, os tópicos e as preocupações dos feminismos

africanos têm sido outros em relação aos feminismos ocidentais brancos, pelo que reforçamos mais uma vez a necessidade de uma perspectiva situada.

Relativamente a questões sexo-genéricas, diversos estudos têm evidenciado que pessoas homossexuais, transsexuais, intersexuais ou não-binárias podem assumir funções específicas no tecido social de certas culturas do continente africano; evidenciaram também que os termos ocidentais não são adequados para caracterizar as identidades sociais destas pessoas (Morgan e Wieringa, 2005; Tamale, 2011). Nesta obra, Maria Judite Chipenembe aborda, no Capítulo 15, a situação de mulheres lésbicas em Moçambique e mostra como estas questões também fazem parte das «declinações», devendo ser exploradas de forma ainda mais sistemática.

As considerações aqui apresentadas estendem-se também a outros domínios e objetos de investigação representados nos capítulos deste livro, tais como os estudos das literaturas, artes e culturas produzidas quer em contextos coloniais, quer nos países africanos independentes ou na diáspora. De facto, nestes âmbitos, a incorporação do género e das identidades sexo-genéricas enquanto categorias de análise tem permitido iluminar presenças e representações, pessoas e personagens, trajetórias e narrativas que estilham a homogeneidade e a linearidade tanto de discursos políticos quanto de cânones literários, artísticos e culturais, proporcionando quadros mais complexos dos movimentos entre centros e periferias, entendidos aqui menos como categorias geográficas do que posicionamentos epistemológicos e essencialmente relacionais.

A partir de aparatos teóricos diversificados, que incluem os estudos de género, os feminismos de origens variadas e as epistemologias do Sul, as contribuições aqui reunidas apresentam análises de obras literárias, filmicas e artísticas, bem como de movimentos sociais, no intuito comum de refletir sobre a relação entre género e identidades nacionais. O livro é composto por 15 ensaios, agrupados em quatro secções temáticas:

1. Declinando tradições e modernidades
2. Declinando escritas em chave comparatista
3. Declinando «retornos», percursos e diásporas
4. Declinando resistências: do colonialismo à atualidade

A primeira secção inclui quatro ensaios que se debruçam sobre a relação entre género e nação em diversos contextos africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente, São Tomé e Príncipe (Mata e Altevoigt), Moçambique (Sartingen) e Guiné-Bissau (Ganhão). Partindo de objetos de análise distintos — discursos políticos, filmes de ficção, poesia — as reflexões apresentadas pretendem iluminar a relevância da categoria do género e do agenciamento das mulheres para se repensar, crítica e criativamente, um binómio «clássico» dos estudos sobre o continente africano, isto é, o binómio tradição/modernidade, que surge aqui declinado nas suas múltiplas manifestações e apropriações sociais, políticas e culturais.

A segunda secção testemunha a crescente abertura dos estudos das literaturas africanas às abordagens comparativas, ainda pouco popularizadas no que se refere às escritas em língua portuguesa. Os quatro ensaios desta secção abordam representações de aspectos chave para a reflexão sobre género e nação em África, tais como a poligamia (Wieser e Silva) ou as continuidades da opressão patriarcal nos discursos e contextos coloniais (Banasiak), anticoloniais (Martins) e pós-coloniais (De Mattia). Assim, as análises colocam em diálogo obras produzidas em Moçambique e Angola com aquelas oriundas de outros espaços linguísticos e culturais do continente, tais como o Gana, a África do Sul, a Nigéria e o Senegal.

A terceira secção projeta geografias e histórias entrelaçadas — entre África e Europa, entre nação e império —, abordando trânsitos, percursos e declinações de género coloniais, pós-coloniais e diaspóricas. Os dois primeiros ensaios (Falconi; Nadal) abordam trajetórias e escritas de mulheres portuguesas brancas que se movimentaram entre Portugal e os espaços coloniais, antes e depois da queda do Império, iluminando diferentes articulações de género, raça e classe. O terceiro ensaio (Oliveira) foca a produção artística contemporânea de mulheres que vivem e trabalham entre Angola, Moçambique e Portugal, salientando a configuração muitas vezes sexista, classista e racista dos circuitos educacionais e profissionais.

A quarta secção, que inclui mais quatro ensaios, combina estudos literários, históricos e sociais e foca múltiplas formas de resistência e declinações feministas. As análises apresentadas mostram que tais declinações se constroem na articulação entre género, nação, nacionalismo e sexualidade, percorrendo a época colonial (Lugarinho e Maia), as lutas de libertação e

os contextos pós-independências (Casimiro e Sabino; Cunha; Chipenembe) e colocando em diálogo países africanos de língua oficial portuguesa — Angola, Moçambique — com outros espaços de luta e resistência, tais como o Brasil e Timor-Leste.

Assim sendo, *Declinações: género e nação nas literaturas e culturas africanas de língua portuguesa* preenche uma lacuna bibliográfica significativa, proporcionando um inédito olhar de conjunto sobre nação e género (e, em menor medida, sobre sexualidade) nos países africanos de língua portuguesa e os trânsitos entre estes países e Portugal, em tempos coloniais e pós-coloniais.

Referências bibliográficas

- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- Bhabha, Homi (org.) (1990), *Nation and Narration*. Nova Iorque: Routledge.
- Chatterjee, Partha (1993), *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press.
- Gellner, Ernest (1983), *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hall, Catherine (1993), «Gender, Nationalisms and National Identities: Bellagio Symposium, July 1992», *Feminist Review*, 44, 97–103.
- McClintock, Anne (1995), *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. Londres: Routledge.
- Mignolo, Walter D. (2007), «Delinking. The Rhetoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-coloniality», *Cultural Studies*, 21(2), 449–514.
- Morgan, Ruth; Wieringa, Saskia (2005), *Tommy Boys, Lesbian Men and Ancestral Wives: Female Same-Sex Practices in Africa*. Joanesburgo: Jacana.
- Pratt, Mary Louise (1994), «Mulher, literatura e irmandade nacional», in Hollanda, Heloísa Buarque de (org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 127–157.
- Quijano, Aníbal (1992), «Colonialidad y modernidad/racionalidad», *Perú Indígena*, 13(29), 11–20.
- Said, Edward (1993), *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Knopf.

DECLINAÇÕES

- Scott, Joan (1986), «Gender: A Useful Category of Historical Analysis», *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. DOI: <https://doi.org/10.2307/1864376>.
- Smith, Anthony D. (1991), *National Identity*. Reno: University of Nevada Press.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1999), *A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Harvard: Harvard University Press, 1999.
- Tamale, Sylvia (org.) (2011), *African Sexualities: A Reader*. Cidade do Cabo/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazuka Press.
- Yuval-Davis, Nira (1997), *Gender and Nation*. Londres: Sage.